



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

Audiência Pública: Plano Plurianual 20262029 e Lei de Diretrizes Orçamentárias 2026 – 05/05/2025

PRESIDÊNCIA:

Ver. Benedito Furtado de Andrade.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

Notas Explicativas

Informo que, em razão da incompreensão de palavras/trechos, seja em razão de problemas técnicos de áudio, dicção, proferidos fora dos microfones, no decorrer dessa Ata será possível encontrar trechos que serão devidamente identificados como “(inaudível)” por não haver possibilidade de transcrição. Poderão também ocorrer trechos como “(ininteligível)”, quando não for possível identificar, com precisão, alguma fala.

Palavras entre colchetes, não foram ditas pelo orador, foram colocadas somente para facilitar a compreensão do texto, motivo da sinalização por colchetes.

(Divisão de Apoio às Comissões)



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

Às 19 horas, no Auditório Vereadora Zeny de Sá Goulart, sob a Presidente do Vereador Benedito Furtado de Andrade, deu-se início à Audiência Pública: Plano Plurianual 2026/2029 e Lei de Diretrizes Orçamentárias 2026.

VEREADOR BENEDITO FURTADO DE ANDRADE: Obrigado, meu amigo.

Queria preliminarmente cumprimentar os presentes. Cumprimentar também as pessoas que nos assistem pelas nossas redes sociais e pela TV Câmara.

Esta é uma reunião da Comissão Permanente daqui da Casa, que é composta... Comissão Permanente de Finanças, que é composta por mim, pelo Vereador Paulo Miyasiro e pelo Vereador Lincoln Reis.

E esta Audiência Pública tem por finalidade ouvirmos do Poder Executivo, através de representante da Secretaria de Governo, e possivelmente, e também do pessoal da Secretaria de Finanças, se for o caso, a apresentação dos projetos referentes ao Plano Plurianual referente aos anos de 2026 a 2029, que é o Projeto de Lei que se encontra na Casa, número 145 de 2025, e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a LDO de 2026, que também se encontra na casa, Projeto de Lei nº 146/2025.

Queria convidar o Rogério, Rogério Rebelo, opa, chegaram...

Rogério vai ficar para depois.

Queria convidar o Secretário de Governo, Flávio Ferraz, para que faça parte da Mesa. Já aproveito e convido também o Rogério, que é o Diretor de Orçamento e que fará a nossa exposição aqui.

Deixa eu ver quem chegou mais aqui.

Prazer, meu amigo.

Bom, então vamos lá. Vamos completar aqui... Eu queria alguém aqui à minha direita. Mas, queria chamar, até em homenagem ao seu velho pai, queria chamá-lo aqui, o Dr. Ecio Lescreck Filho para participar aqui na Mesa com a gente.

Ele, que é membro da Comissão de Direitos Administrativos da Ordem dos Advogados do Brasil, aqui em Santos. É um prazer tê-lo aqui na minha direita.

Queria anunciar a presença de algumas pessoas, do Ricardo Diniz, que é assessor parlamentar, assessor do Bispo Maurício Campos. A Denise, cadê a Denise?

Está escondidinha lá atrás, assessora do Vereador Carlos Teixeira Filho. O Anderson, cadê o Anderson?

O Anderson, que representa aqui o Secretário de Saúde, Fábio Lopez. Um abraço ao secretário.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

Queria também anunciar a Presidente Dalenina Bento, professora, que representa aqui, que é Vice-Presidente do Sindicato, do Sindest. Tem mais diretores do Sindest por aqui.

O Silas, Vice-Presidente do Conselho Municipal de Saúde, não sei se ainda é da Diretoria do Sindicato dos Enfermeiros, não mais? Mas foi durante algumas décadas. Prazer em recebê-lo aqui.

O Eduardo Soares Freire, que é do Conselho Municipal de Esportes, está por aí.

Seja bem-vindo, meu amigo.

A Lenimar Gonçalves Rios, BR Cidades. A Lenimar está por aí?

Marli Carvalho, que representa a CONCIDADANIA, está ali presentinha.

Deixa eu ver se eu esqueci de alguém.

Está aqui a Júlia, que representa o Vereador Allison Sales. Cadê a Júlia? Seja bem-vinda.

E o meu amigo, está ali, vem para cá, fica na mesa aqui com a gente. Vem para cá, na mesinha aqui. Você é um vereador importante. A família de Rosis tem história aqui nessa Casa, mas Rui de Rossi Júnior, filho do meu amigo Rui de Rosis, Vereador aqui da Casa, bom ter a sua presença aqui, ex-presidente do IPREV, servidor público.

Bom, gente, sem maiores delongas, eu queria passar para o Secretário, para fazer as suas considerações iniciais, e depois a gente vai para o batente.

SR. SECRETÁRIO FLÁVIO FERRAZ: Bom, boa noite a todas, a todos.

Uma consideração rápida aqui.

Primeiro, agradecer ao nosso Presidente da Associação, Vereador Furtado. Cumprimentar aqui o Vereador Rui, as demais pessoas já anunciadas aqui, todas as entidades aqui representadas, instituições da nossa cidade.

Meu amigo, o Dr. Ecinho, me permite a liberdade, pelo carinho que nós temos pelo nosso grande Dr. Ecio Lescreck, mas também, Dr. Ecio Lescreck Filho, que já tem uma contribuição muito grande aqui na advocacia na nossa cidade.

Todo o nosso time do DEORG, aqui, liderado pelo Rogério, que trabalharam arduamente, junto a todas as Secretarias da nossa Prefeitura.

Então, para que todos possam entender, o trabalho basicamente é feito da seguinte forma, nós temos um grupo organizado em que nós temos representantes de cada uma das Secretarias.

E esses representantes fazem um diálogo com o Departamento de Orçamento da Prefeitura de Santos, como eu disse, liderado pelo Rogério.

Com essas leituras, nós entendemos a linha inicial daquilo que se pretende realizar na cidade.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

Evidente, se constrói uma peça orçamentária com a regra de ouro. A regra de ouro é sempre você buscar, primeiro, a lógica das receitas, para depois, evidentemente, buscar a lógica das despesas. E, com isso, se constrói uma proposta de orçamento ao Município.

Evidente que, após essa análise técnica realizada por todos esses servidores públicos dos Municípios envolvidos, se submete a uma análise não do nosso gabinete, uma análise geral, ao qual o nosso Prefeito Rogério nos dá algumas diretrizes, para que a gente possa fazer alguns reparos.

Ato contínuo, realizamos uma Audiência Pública, da mesma forma que essa Casa, de forma presencial e de forma também remota. Algumas das pessoas que, inclusive, estavam na Audiência pública Realizada por nós aqui, estão novamente, o que é ótimo que a gente tem essa representatividade, que tem esse diálogo.

E penso que a Audiência Pública, então realizada, foi de um ótimo nível, em que nós pudemos discutir, de fato, problemas da cidade e as soluções do ponto de vista orçamentário, ou seja, como que nós podemos implementar recursos nos próximos exercícios.

Feita essa consolidação, o nosso Prefeito Rogério teve a oportunidade de entregar a peça orçamentária. Então, aquilo que se pretende não só de LDO para 26, mas também a proposta de PPA, ou seja, o Plano Plurianual dos próximos quatro anos, aqui ao nosso Presidente da Casa, Vereador Adilson Junior, no qual, inclusive, boa parte dos Vereadores estavam presentes, inclusive o Vereador Furtado, nessa audiência em que nós entregamos essa peça.

E, portanto, a Câmara Municipal agora tem a missão de discutir aquilo que foi ofertado pelo Município, e está fazendo isso, como sempre, com a máxima transparência possível.

Estamos aqui para trazer algumas contribuições. Então, se o Vereador Furtado me permite, eu gostaria de convidar o Rogério a fazer uma breve exposição.

Vou cumprimentar aqui a nossa Vereadora Renata Bravo, que também está conosco aqui, mas, convidar o Rogério a fazer uma breve exposição.

Coisa objetiva, eu até brinco com eles aqui, que são do orçamento, eles têm que falar de forma que todos possam compreender, se for muito economês aqui, a gente puxa a orelha deles, mas realmente o pessoal do nosso orçamento de Santos, além de construir peças muito técnicas e realmente ter condição de fazer um embasamento técnico, também consegue se comunicar de forma muito tranquila, compreendendo a necessidade de expor aquilo que interessa, de fato, à população.

E, com isso, Vereador, e permitindo ao Rogério, fazendo essa apresentação, logo após, nós aqui nos colocamos à disposição para poder esclarecer qualquer ponto que seja trazido por qualquer um que está conosco aqui nessa noite.

VEREADOR BENEDITO FURTADO DE ANDRADE: Antes de o Rogério usar a palavra, que eu vou pedir depois... você quer usar aí mesmo, não é? Por causa do computador. Ali mesmo.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

Eu acho que ali ficaria melhor.

Mas, de qualquer forma, eu queria que a gente humanizasse um pouco essa mesa, chamando a Renata. Por favor, Renatinha, sente aqui, porque nós precisamos de uma mulher na mesa. Está muito machista essa mesa aqui.

Bom, está presente também aqui o Douglas. Douglas está aí? Douglas, do Fórum da Cidadania.

Vem para cá, pertinho da gente.

O roteirinho, rapidamente, como é que a gente vai proceder aqui, na audiência de hoje. Vamos tentar fazer essa audiência o mais objetivo possível.

O Rogério vai usar a palavra, vai fazer a exposição dele. Depois que ele fizer a exposição dele, nós vamos abrir para o Plenário, para que as pessoas que eventualmente queiram tirar dúvidas, primeiro vão tirar dúvidas, e depois, se eventualmente, se já tiver propostas, algum tipo de proposta, já encaminha também, não tem problema nenhum, dúvidas e propostas, vamos estipular um tempo de três minutos para cada pessoa, de tal forma que a gente consiga, acho que é possível, se for possível, vocês precisarem de mais tempo, aí vocês avisam, que a gente...

Mas o ideal é que para que todos possam falar, a maioria das pessoas possam falar, e essas dúvidas poderão, a princípio o Rogério pode, tudo aquilo que o Rogério não puder esclarecer o Secretário está aqui para dar cobertura, com toda certeza.

Então, Rogério, por favor, fique à vontade.

SR. ROGÉRIO REBELO: Boa noite a todos.

VEREADOR BENEDITO FURTADO DE ANDRADE: Um instantinho só. Dá para vocês... A gente está atrapalhando, não está?

Aqui a gente afasta um pouquinho para os da frente.

Estamos atrapalhando aqui, não?

Tudo bem.

SR. ROGÉRIO REBELO: Boa noite, Sr. Vereador. Boa noite a todos os presentes.

Vou procurar ser o mais breve possível na apresentação, mas, ainda assim, dando o máximo de explicação possível dos dois projetos que foram encaminhados para a Câmara. Que é o projeto do Plano Plurianual para o ciclo de 2026 a 2029 e a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026.

É parte da elaboração do orçamento, a participação popular e nela são feitas audiências públicas, sendo que a primeira foi feita ainda enquanto a peça não tinha sido encaminhada para o Legislativo, ainda lá no Poder Executivo nós fizemos uma audiência pública, a segunda agora aqui com a Câmara.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS



PARTICIPAÇÃO POPULAR

- AUDIÊNCIAS PÚBLICAS
- DEMANDAS DIRETAS
- ORÇAMENTO PARTICIPATIVO AMPLO - OPA

Lei de Responsabilidade Fiscal (Art.48, LC 101/2000)



SR. ROGÉRIO REBELO: Nós temos também as demandas que foram recebidas, foi aberto um canal de comunicação com a população através da nossa Ouvidoria e toda a demanda que foi enviada foi respondida.

E está consignado nesse orçamento a previsão do orçamento participativo também para 2026.

PEÇAS ORÇAMENTÁRIAS



ART.165 CF



SR. ROGÉRIO REBELO: As peças orçamentárias correspondem a um ciclo, tem toda uma lógica na sua composição.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

No nosso caso hoje, nós estamos apresentando o PPA, que é o Plano Plurianual. Ele é feito com uma visão estratégica, ele é feito para uma programação para quatro anos.

Então, é feita uma estimativa dos nossos recursos e feita uma projeção para os próximos quatro anos, sendo que um grande destaque que nós temos é a questão da estrutura orçamentária, metas, objetivos, descrição das ações, tudo isso engloba no PPA.

Na sequência, nós temos a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que é a LDO.

Então, é extraída uma fração dessa informação do PPA e priorizado esses programas para a LDO, que vai ser o mestre, que vai ser a informação que vai orientar a elaboração da LOA, que vai ser feita ainda no segundo semestre, após aprovação do PPA e da LDO.

O PPA para quatro anos, a LDO prioriza, determina as diretrizes que a LOA vai seguir para fazer a peça para 2026.

PPA 2026 - 2029 APRIMORAMENTO



Aperfeiçoamento Metodológico

*Requalificação dos indicadores dos Programas
Delimitação e clareza dos objetivos dos Programas*

Realismo fiscal

Estimativas com rigor técnico que os recursos financeiros contidas no plano reflitam a situação fiscal e orçamentária

Integração entre Planejamento e Avaliação

O monitoramento e a avaliação intersetorial dos resultados do PPA considerando correlação dos indicadores e metas com processos distintos e complementares (PDR – PDM – Plano de Governo - ODS).

Visão Estratégica

Composição por uma Visão de Futuro, Valores, Diretrizes vinculando os objetivos dos Programas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis - ODS 2030.

Diagnostico Setorial

Identificando os problemas, deficiências e ausências, bem como as demandas e oportunidades de suas áreas de atuação permitindo a definição dos programas governamentais com seus respectivos objetivos, justificativas e indicadores



SR. ROGÉRIO REBELO: No caso do PPA, é importante dizer que foi feito um trabalho junto com as Secretarias em que envolveu um aperfeiçoamento metodológico.

Então, foi feito um estudo de requalificação dos programas e das ações a um novo ciclo orçamentário.

Então, esse é o momento em que nós fazemos esse trabalho junto com as Secretarias.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

Parte do realismo fiscal é que nós temos as estimativas, elas são feitas com rigor muito técnico, com avaliação do cenário econômico, previsão do PIB, inflação, tudo isso é avaliado e colocado na perspectiva orçamentária.

Integração do planejamento com avaliação, então todos os instrumentos de avaliação são considerados na elaboração do PPA.

Com relação à visão estratégica, nós temos aí a questão da parte das ODS, diretrizes, também isso é considerado no orçamento.

E também o diagnóstico setorial, onde todos os órgãos e unidades da Administração Pública fazem uma avaliação do que eles têm para melhorar e o que pode ser feito.

Cenário Econômico



BRASIL:

- ✓ A estimativa de inflação 2025, 2026 pelo IPCA é de 5,68% e 4,0% respectivamente. (BCB 07 mar 2025)
- ✓ Projeções de crescimento do PIB em 2026 para 1,70% (ante 1,92%) orçamento anterior, incorporando cautela do mercado ante aumento da dívida pública e desvalorização cambial.
- ✓ Taxa Selic termina o ano em 15% a.a. (ante 9,75%) refletindo tendência do COPOM de aperto monetário.
- ✓ Taxa de câmbio em R\$ 5,99 por dólar em 2025 e R\$ 6,00 por dólar em 2026, seguindo a desvalorização já observada.



SR. ROGÉRIO REBELO: De forma sucinta, na época em que foi feita a elaboração do orçamento, nós tínhamos um cenário econômico, pode haver alguns tipos de mudança ao longo do período, mas a fotografia na época nos dava essa situação que eu vou apresentar.

Estimativa da inflação de 2025 de 5,68 e 2026 com 4%.

As projeções levaram a consideração PIB de 1.70, pensando em 2026.

Taxa Selic, nós estávamos com uma visão de terminar o ano com 15% e a taxa de câmbio de R\$ 5,99.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

RECEITA Total PLDO 2026



ORÇAMENTO
TOTAL

• R\$ 5.897.652.000

ADM.DIRETA

• R\$ 5.004.088.000

ADM.INDIRETA

• R\$ 893.564.000



SR. ROGÉRIO REBELO: Nós temos a previsão do orçamento total para 2026 no valor de R\$ 5.897.652.000, sendo que esse recurso é disposto da seguinte maneira, a administração direta vai ficar responsável pela execução de R\$ 5,4 bilhões e a administração indireta com R\$ 893 milhões.

O total desses dois dá o nosso orçamento de R\$ 5,8 bilhões.

Fontes de Financiamento



RECEITA TOTAL R\$ 5.897.652.000

ADMINISTRAÇÃO DIRETA		
TESOURO	R\$	4.004.977.000
Transferência ESTADUAIS	R\$	472.027.000
Recursos FUNDOS	R\$	36.506.000
Transferências FEDERAIS	R\$	370.027.000
Outras FONTES	R\$	4.255.000
Operações de CRÉDITO	R\$	116.296.000
Total Adm Direta	R\$	5.004.088.000

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA		
FAMS	R\$	105.000
FUPES	R\$	16.000
IPREV	R\$	735.449.000
CAPEP	R\$	157.911.000
FPTS	R\$	83.000
Total Adm Indireta	R\$	893.564.000



SR. ROGÉRIO REBELO: Com relação às fontes de recursos, as nossas receitas, a composição é: do Tesouro R\$ 4,4 bilhões.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

As transferências do recurso estadual, Fonte dois, R\$ 472 milhões. Recurso dos Fundos, R\$ 36 milhões. Transferências federais, R\$ 370 milhões, outras fontes R\$ 4 milhões, e operações de crédito R\$ 116 milhões.

Aí dá um total da administração direta de R\$ 5 bilhões e R\$ 4 milhões.

A administração indireta, os recursos próprios dela, a composição fica da seguinte maneira: a FAMS com R\$ 105 mil, o FUPES com R\$ 16 mil, IPREV 735 milhões, e a CAPEP com R\$ 157 milhões, e a Fundação 83.000. Esses são os recursos de origem própria.

Fontes de Financiamento ORIGEM DAS RECEITAS



RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
Receitas Correntes	5.035.568.000,00
Receitas Tributárias	2.904.885.000
Receitas de Contribuições	34.278.000
Receita Patrimonial	92.001.000
Receita de Serviços	1.000
Transferências Correntes	1.941.602.000
Outras Receitas Correntes	62.801.000
Receitas Capital	215.940.000,00
Operações de Crédito	101.296.000
Alienação de Bens	2.000
Transferências de Capital	114.642.000
Outras Receitas de Capital	-
Deduções de Receita	(247.420.000,00)
Receita Total Líquida (I) + (II) +	5.004.088.000,00

→

Receitas Tributárias	2.904.885.000
<i> IPTU </i>	<i> 755.077.000 </i>
<i> ISS </i>	<i> 1.556.388.000 </i>
<i> IRRF </i>	<i> 272.254.000 </i>
<i> ITBI </i>	<i> 143.566.000 </i>
<i> Taxas </i>	<i> 177.590.000 </i>
<i> Contribuição de Melhorias </i>	<i> 10.000,00 </i>

SR. ROGÉRIO REBELO: Com relação à nossa composição de receitas da administração direta, nós temos aí o destaque na receita tributária para o ISS com 1 bilhão 556 milhões, o IPTU 755, imposto de renda 272, ITBI 143, taxas 177 e contribuições de melhoria 10 mil.

A nossa composição de recursos próprios envolve também ainda receitas de contribuições, receita patrimonial, entre outras, que dá o total de receita corrente de 5 bilhões e 35 milhões.

As receitas de capital, operações de crédito com 101 milhões.

Nós temos aí o total da nossa receita líquida de R\$ 5 bilhões e R\$ 4 milhões. São as nossas receitas próprias da administração direta.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

Despesas Total PLDO 2026



ORÇAMENTO TOTAL	• R\$ 5.897.652.000
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	• R\$ 4.711.589.000
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	• R\$ 1.000.766.000
CÂMARA MUNICIPAL	• R\$ 185.296.000

SR. ROGÉRIO REBELO: Com base nessa receita, é feita a distribuição dos recursos para compor as despesas, sendo que, como o Secretário falou, a receita e a despesa têm os mesmos valores e elas devem manter o equilíbrio.

Então, o que nós arrecadamos, a previsão de receita vai ser o que vai ser distribuído no orçamento para as despesas.

O orçamento total de despesa vai ser igual da receita, R\$ 5,897 bilhões. A administração direta ficará com R\$ 4,711 bilhões, a indireta com R\$ 1 bilhão e o correspondente da Câmara, de 185 milhões.

Essa é a distribuição global dos recursos, na ordem da despesa, por cada um dos entes da administração.

E como fica para as secretarias?



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

Despesas Secretaria ADM DIRETA & Câmara Municipal



		APL. DIRETA		EGM		APL. DIR + EGM	
10	GPM	R\$	11.818.000	R\$	27.054.000	R\$	38.872.000
12	SEFIN	R\$	18.828.000	R\$	549.218.000	R\$	568.046.000
14	SEDUC	R\$	1.099.625.000	R\$	69.184.000	R\$	1.168.809.000
15	SMS	R\$	1.060.110.000	R\$	-	R\$	1.060.110.000
17	SEOBE	R\$	90.544.000	R\$	38.599.000	R\$	129.143.000
18	SETUR	R\$	9.344.000	R\$	17.608.000	R\$	26.952.000
19	SEMES	R\$	8.078.000	R\$	40.437.000	R\$	48.515.000
20	SECULT	R\$	40.097.000	R\$	42.124.000	R\$	82.221.000
22	SECOM	R\$	35.398.000	R\$	13.800.000	R\$	49.198.000
23	SEMAM	R\$	32.809.000	R\$	54.156.000	R\$	86.965.000
24	PGM	R\$	3.990.000	R\$	22.391.000	R\$	26.381.000

SR. ROGÉRIO REBELO: Esse quadro, vou deixar um pouquinho mais para que todos possam olhar, é a distribuição dos recursos.

Nós temos ali a primeira coluna que é a aplicação direta, ou seja, a coluna em que fica aquele recurso rubricado especificamente na Secretaria.

Logo na sequência, na segunda coluna, nós temos o EGM, que é o Encargos Gerais do Município, que envolve a distribuição dos recursos referentes à folha de pagamento, frota, apoio administrativo, obrigações legais.

A composição dela é distribuída proporcionalmente pelas Secretarias, folha de pagamento.

E na terceira, nós temos efetivamente quanto é alocado para cada Secretaria, considerando o EGM.

Destaque para a Secretaria de Educação, que já chega a 1 bilhão e 168 milhões, se considerarmos ali com a do EGM. E a Saúde, 1 bilhão e 60 milhões.

Temos também a SEMAM, SECOM, são Secretarias com expressão, eu deixo para que vocês possam verificar um pouco.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

Despesas Secretaria ADM DIRETA & Câmara Municipal



		APL. DIRETA		EGM		APL. DIR + EGM	
27	SESEG	R\$	11.480.000	R\$	150.883.000	R\$	162.363.000
29	SEINFRA	R\$	477.295.000	R\$	27.515.000	R\$	504.810.000
35	SEGOV	R\$	353.438.000	R\$	23.524.000	R\$	376.962.000
37	OC	R\$	1.576.000	R\$	7.076.000	R\$	8.652.000
39	SEPORTE	R\$	426.000	R\$	5.514.000	R\$	5.940.000
40	SEDS	R\$	119.936.000	R\$	-	R\$	119.936.000
43	SEMULHER	R\$	9.968.000	R\$	18.445.000	R\$	28.413.000
44	SECC	R\$	609.000	R\$	6.693.000	R\$	7.302.000
45	SEPPREF	R\$	114.459.000	R\$	97.540.000	R\$	211.999.000
49	EGM	R\$	1.211.761.000				
9	CMS	R\$	185.296.000,00				



SR. ROGÉRIO REBELO: SEDS está aqui na sequência, que é o outro quadro.

Secretaria de Segurança, com 162 milhões. Secretaria de Assistência Social, de Desenvolvimento Social, 119 milhões.

Secretaria das Prefeituras Regionais, com 211 milhões.

Essa é a nossa distribuição do orçamento para 2026.

Despesa órgãos da ADM INDIRETA



ADM INDIRETA		
30	FAMS	5.892.000
31	FUPES	8.292.000
32	IPREV	825.449.000
33	CAPEP	157.911.000
34	FPTS	3.222.000
		1.000.766.000





CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

SR. ROGÉRIO REBELO: A administração indireta vem na sequência, com a FAMS, com um orçamento total de R\$ 5 milhões 892 mil. A FUPES, com R\$ 8.292. O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Santos, com R\$ 825 milhões. A CAPEP, com 157. E a Fundação Parque Tecnológico com R\$ 13 milhões, que dá um total de R\$ 1 bilhão 766 mil.

DESPESA CÂMARA PLDO 2026



SR. ROGÉRIO REBELO: Recursos de destaque que devem ser apresentados por nós, que a gente sempre apresenta, o valor que é repassado para a Câmara, o duodécimo, um valor legal previsto na Constituição, R\$ 185 milhões.

Os recursos para a Emenda de 2026 ficaram em R\$ 57 milhões, 456 mil. Sendo que para cada Vereador será destinado o valor de R\$ 2 milhões 736 mil para indicar as Emendas para atender a sociedade.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS



INVESTIMENTOS



SR. ROGÉRIO REBELO: Agora, uns destaques de investimento que nós temos com relação aos programas.

PROGRAMAS PRIORITÁRIOS



SAÚDE
R\$ 1.060,1 MI



EDUCAÇÃO
R\$ 1.168,8 MI



DES.SOCIAL
R\$ 119,9 MI



SEGURANÇA
R\$ 162,3 MI



SR. ROGÉRIO REBELO: Prioritários nós temos a saúde com um total de 1 bilhão e 60 milhões, educação com 1 bilhão 168, desenvolvimento social com 119, segurança pública com 162.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

DESTAQUES recurso TESOURO



ORÇAMENTO PARTICIPATIVO – R\$ 4,8MI



SUBSÍDIOS PASSAGEM DE ÔNIBUS – R\$50 MI



SR. ROGÉRIO REBELO: Os recursos do Tesouro, vale o destaque para o orçamento participativo de 4 milhões e 800 mil. O subsídio da passagem de ônibus já tem rubricado R\$ 50 milhões no orçamento.

MANUTENÇÃO E ZELADORIA



SUBPREFEITURAS – R\$ 211 MI



SR. ROGÉRIO REBELO: Manutenção e zeladoria das subprefeituras, nós temos R\$ 211 milhões.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

DESTAQUES recurso OPERAÇÃO DE CRÉDITO



- INOVAÇÃO TECNOLÓGICA - R\$ 21 MI
- ESTAÇÃO ELEVATÓRIA - R\$ 15 MI
- MACRODRENAGEM ZN - R\$ 42 MI
- REVITALIZAÇÃO URBANA - R\$ 38 MI



SR. ROGÉRIO REBELO: O Santos Mais, que aí vem da origem recursos de operação de crédito, nós temos inovação tecnológica, estação elevatória, macrodrenagem e revitalização urbana.

Começando por 21 milhões com inovação tecnológica, 15 milhões da estação elevatória, macrodrenagem com 42 e revitalização urbana com 38.

DESTAQUES recurso ESTADUAL



- PARQUE PALAFITAS
R\$ 15 MI



- PORTINHO CARUARA
R\$ 12 MI



SR. ROGÉRIO REBELO: Recursos do Estado, nós temos destaque para o Parque Palafitas, Portinho de Caruara.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

DESTAQUES recurso ESTADUAL



- DRENAGEM MONTE SERRAT + ESCADARIA E CAMINHO CAPELA
R\$ 3,6 MI + R\$ 1,6 MI



- DRENAGEM JOSÉ MENINO
R\$ 2 MI



SR. ROGÉRIO REBELO: Na sequência, nós temos a questão da drenagem do Monte Serrat, escadaria Caminho da Capela e drenagem de José Menino.

DESTAQUES recurso ESTADUAL



- REVITALIZAÇÃO MERCADO MUNICIPAL
R\$ 2,5 MI



SR. ROGÉRIO REBELO: Destaque também para a revitalização do mercado municipal, com recursos na ordem de R\$ 2,5 milhões.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

DESTAQUES recurso FEDERAL



• ENCOSTA MORRO PACHECO
R\$ 5,8 MI



• MCIDADE – CONTENÇÃO ENCOSTAS
R\$ 10,5 MI



SR. ROGÉRIO REBELO: E recurso federal para a encosta do Morro do Pacheco e contenção de encostas, sendo com 5,8 para as encostas e a contenção com 10,5.

Essa é a estrutura básica nossa do orçamento, que tem os valores previstos e eu acho que a gente pode, vereador, deixar agora para a abertura.

Obrigado.

VEREADOR BENEDITO FURTADO DE ANDRADE: Eu queria que você permanecesse, porque nós vamos abrir para perguntas e sugestões, propostas. Porque aí a gente já vai encaminhando. Tudo isso aqui, por isso que era bom.

Aliás, é melhor você vir para cá, porque você está aqui do lado do Secretário é melhor. E as pessoas, por favor, falem lá, se identifiquem, porque tudo vai ser gravado para que a gente formule a ata final, para levantar as sugestões, as propostas eventualmente apresentadas por aqui.

Então, é importante quem é a pessoa, a pessoa se identifica e formula seu questionamento, formula sua proposta, sua sugestão.

Está aberto, por favor, é só levantar a mão.

Ninguém quer falar?

Silas, eu não ia... Já pensou?

Você em uma audiência pública sem falar, Silas. Isso é uma...

SR. SILAS DA SILVA: Eu passo mal.

Boa noite, eu sou Silas da Silva, careca, negro. Estou com uma camisa azul, jaleco azul com o símbolo da bandeira nacional, o logotipo do Conselho De Saúde, e escrito Comissão Pública de Saúde de Santos.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

A pergunta é essa: dados da prestação de contas na Câmara em fevereiro de 2025. Orçamento da saúde em 31/12/2024, 1 bilhão 230 milhões. Orçamento da saúde para 2026, 1 bilhão 160 milhões. Redução de 170 milhões, sem contar com a inflação de 25 a 26. Como foi 1 bilhão e 300 para 2026, 25, quer dizer, 24 para 25.

E, agora, nós, em vez de andar para frente, estamos andando para trás, com cento e poucos bilhões. Tem um ditado que diz “Saúde não tem preço, mas, se não tiver dinheiro, não tem saúde”.

Em 2024, foi a mesma coisa, foi 960 bilhões.

Nessa audiência pública, eu acredito que o Secretário Ferraz parou, analisou, levou para 1 bi e 300. Eu acho que, pelo menos, permaneça o que está, e não reduzir, porque nossa saúde já não está 100% e, sem recurso, vai ficar muito mais pior, ainda.

Então, é um apelo que eu faço aqui, em nome dos usuários do SUS.

Nós não só fiscalizamos o controle social, mas também apontamos alguns detalhes, principalmente financeiros, para melhorar a saúde da nossa cidade.

Essa é a pergunta que eu faço à mesa.

Obrigado.

VEREADOR BENEDITO FURTADO DE ANDRADE: A cada três perguntas ou sugestões, a gente passa para o Secretário.

Próximo.

Por favor, querido.

SR. MARCOS BANDINI: Boa noite, Vereador. Boa noite, Vereadora. Boa noite demais membros da Mesa presentes.

Minha pergunta...

VEREADOR BENEDITO FURTADO DE ANDRADE: Queria que você se identificasse, por favor.

SR. MARCOS BANDINI: Meu nome é Marcos Bandini e aqui represento a CONCIDADANIA.

Nós participamos, como o Secretário destacou, na audiência realizada pela Prefeitura há cerca de duas ou três semanas e apresentamos duas contribuições ao PPA.

Então, a primeira pergunta, e eu emendo a próxima, as duas contribuições que nós fizemos para que fossem incluídos dois programas, um referente à parte de saneamento, um programa específico no PPA de saneamento, e um outro programa ligado à conservação e recuperação da Mata Atlântica.

Aqui englobaria outras questões ambientais, como as unidades de conservação, plano de arborização, plano de conservação e recuperação da Mata Atlântica, foram incorporados na proposta apresentada aqui à Câmara?



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

Então, essa é a primeira pergunta.

VEREADOR BENEDITO FURTADO DE ANDRADE: Ele responde depois, três perguntas ele vai.

SR. MARCOS BANDINI: Bom, a partir dessa contribuição e ouvindo, inclusive, a participação de outras pessoas em relação ao PPA, mais uma vez, estaremos fazendo, e na sequência a Mali deve aqui destacar, uma proposta de inclusão de um outro programa específico na área de habitação de interesse social.

Nós vimos, por exemplo, na exposição do Diretor Rogério, que nos investimentos do próprio Município, apesar desse montante e apesar do enorme problema habitacional que temos, não há investimento significativo do próprio município em relação ao tema.

Então, estamos propondo a criação de um programa específico, bem como de uma Secretaria Municipal de Habitação para complementar o assunto.

Então, são essas as contribuições iniciais que eu gostaria de fazer.

Obrigado.

VEREADOR BENEDITO FURTADO DE ANDRADE: Queria já, Secretário, já tem três perguntinhas, por favor.

SR. SECRETÁRIO FLÁVIO FERRAZ: Bom, vamos lá.

Então, só queria fazer uma ressalta rapidamente, só um resumo aqui sobre aquilo que foi apresentado pelo Rogério, nas duas visões, de forma muito clara e objetiva aqui.

Primeiro, destacar o ponto de vista de receita.

A cidade vai bem, essa é a primeira conclusão que a gente pode tomar, e isso tem que ser destacado. Então, nós temos uma previsão de orçamento, aumento orçamentário, maior do que aquilo que é previsto na inflação. E se deve ao quê?

Acúmulo de receitas em circulação na cidade. ISS, ICMS pujantes. Então, há diluição de recursos, há movimentação de dinheiro, isso, na prática, repercute na peça orçamentária do município.

E, segundo, a questão do orçamento, na ótica da despesa.

Então, veja, é sempre um exercício.

Então, quando o pessoal às vezes, “puxa a vida, olha, nós precisamos”, e já respondendo a terceira observação do Marcos, mas no sentido mais, digamos, abstrato.

Precisamos fortalecer a habitação, concordo.

Na prática, a gente vai ter que tirar de algum lugar, porque a lógica do orçamento é sempre essa.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

É importante que o pessoal entenda e, por isso, a importância de o orçamento ser discutido aqui, de forma pública, e cada um trazendo as suas observações.

E aí, já entrando nos destaques direto aqui, o Silas, como sempre, defendendo os interesses da saúde.

Tivemos várias oportunidades de estarmos juntos, não é, Silas?

Mas traz uma observação.

Silas, eu queria te colocar o seguinte, são duas visões, quando a gente apresenta aqui, a gente está olhando o orçamento final daquilo que é proposto para cada uma das secretarias. E quando a gente fala de orçamento final, a gente fala do orçamento próprio do município e aquilo que nós temos de recursos externos.

A gente chama, no nosso dia a dia da Prefeitura, Fonte 5 e Fonte 7. Fonte 5, Estado. Fonte 7, União.

O que nós percebemos?

Para incremento do Tesouro Municipal, ou seja, daquilo que é nosso, do Município, aumento proposto de quase 5% para o próximo exercício.

Então, a gente está falando de R\$ 672 para R\$ 700 milhões.

Esse é o ponto, quando a gente olha a perspectiva de aumento de repasse de recursos para a saúde, infelizmente não acompanha o mesmo patamar, 1.1. Então, o que nós temos?

Nós temos, sim, uma carência, uma diminuição no percentual daquilo que vem Estado e União, e isso repercute no valor final.

Então, cabe sim a nós nos mobilizarmos, claro, continuarmos investindo na saúde.

O Município tem feito sua parte, tem aumentado todo ano, gradativamente, os investimentos na saúde. E também fazemos com que Estado e União sejam ou voltem a ser mais colaborativos com a nossa cidade. Esse é um ponto importante.

Então, na prática, o orçamento com o dinheiro do Município aumentou de forma expressiva.

Infelizmente, o dinheiro daquilo que é previsto para a saúde de divisas de Estado e União não acompanhou o mesmo comportamento percentual do que vinha acontecendo outros anos.

Por isso, a previsão acabou puxando o valor um pouquinho para baixo daquilo que a gente esperava.

Marcos, sendo bem objetivo, só para, até para dar uma satisfação, tudo aquilo que foi colocado na nossa audiência pública é objeto de uma ata.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

Então, todas as observações, a sua como as demais que contribuíram, que é formalmente encapada no próprio processo sobre a audiência pública.

Então, tudo aquilo que foi gravado, audiência pública, naturalmente, é instituído em ata, aqui só essa observação para todos. E a resposta é sim, foram incluídos recursos, especialmente a questão que envolve drenagem.

Essa é uma preocupação muito grande do Prefeito Rogério.

Aproveito aqui para... Isso já foi público, o Prefeito Rogério teve a oportunidade de entregar o orçamento e fazer algumas observações. Em algumas semanas, será encaminhado para essa Casa de Leis uma proposta de reforma administrativa, em que se irá propor à Câmara a possibilidade de nós termos novas estruturas dentro da administração municipal, e uma delas será um departamento específico para a área de drenagem.

É uma preocupação não só da cidade de Santos, essa é uma preocupação planetária, hoje não há como tirar do receituário público a questão das mudanças climáticas, e nós temos que ter esse olhar muito específico na cidade.

Então, sim, teremos investimentos mais específicos para a área de drenagem e outras ações ambientais que já foram colocadas e que estão inseridas nessa peça orçamentária e também no PPA com olhar de quatro anos.

VEREADOR BENEDITO FURTADO DE ANDRADE: Quem mais queria usar a palavra, por favor.

SRA. MARLITA: Boa noite a todas e todos, Srs. Vereadores, Srs. Secretários.

Eu represento hoje a Consciência pela Cidadania, a OSC, que foi criada para dar sustentação às ações do Fórum da Cidadania. Portanto, ela está sempre em movimento nessa luta pelas melhores condições de vida da população santista.

Temos também a nossa interlocução com várias organizações na questão do Fórum Social da Baixada Santista, que temos uma mobilização para entregar uma carta compromisso com pautas importantes para que seja assegurada também no orçamento municipal.

Então, a gente, quando vem para uma audiência pública, a gente vem com pouco tempo e algumas informações.

A gente não tem a informação do documento como um todo, quais são as ações, quais são os programas contidos neste orçamento, porque é uma peça muito densa, extensa.

Eu sei que é difícil você apresentar detalhadamente aqui o que cada política pública está apresentando em termos das suas ações, da sua implementação, e de criação de novas ações. Mas eu estou aqui também representando o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, represento a CONCIDADANIA neste Conselho importante, uma cidade que tem um quarto da população de pessoas idosas, e aí quando o Silas traz essa questão da redução do orçamento na saúde, isso é preocupante,



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

a gente tem que tomar, ter muita atenção nessa pauta da saúde, porque quando se pega a saúde, você pega a população idosa muito envolvida.

Nós estamos no processo de conferência, organizamos cinco pré-conferências em toda a cidade, em todas as regiões da cidade, e sempre o que prevalece é a pauta da saúde.

Portanto, a saúde precisa melhorar o seu atendimento, de ampliar, existe uma proposta de criar três serviços de atenção à saúde integral da pessoa idosa, de forma descentralizada, onde a pessoa idosa não fique peregrinando para ter atendimento aqui e acolá. Que ele tenha um espaço onde ele passe pelo clínico geral, que ele passe pelo geriatra, que ele passe pelo cardiologista, endócrino e outras especialidades importantes para este segmento.

Então, acho que essa é a conferência que vai acontecer, 27 de maio, todos estão convidados.

E, depois dessa conferência, teremos um relatório para conversar com as secretarias, conversar na Câmara, para que a gente também pense nessas pautas prioritárias também da população idosa. Esse documento que o Bandini apresentou, que foi construído também pela Lenimar, com a colaboração da Lenimar, que traz, reforça a importância de ter uma Secretaria da Habitação na cidade, que a gente teve um grupo significativo de moradia na audiência pública com o Secretário Fábio Ferraz.

Essa também é uma pauta que a gente não pode adiar, a criação de uma Secretaria Municipal de Habitação na estrutura que...

Eu já fui trabalhadora da Prefeitura Municipal, que ficou fora há 20 anos, e lá atrás, há 30 anos atrás, quando a gente participava das conferências, este tema já era pauta. Então, nós estamos trinta anos atrasados.

Acho que não dá para a gente aguardar mais. Portanto, pensando nessa reforma administrativa, Secretário, é importante que se pautem também a criação de uma Secretaria Municipal de Habitação que dê conta a um planejamento, a um plano municipal de habitação condizente com as necessidades da cidade. Muito obrigada.

VEREADOR BENEDITO FURTADO DE ANDRADE: Agradeço.

Só para constar, quem falou foi a Marlita.

Queria... Quem mais, por favor?

Queria anunciar a presença, antes que as pessoas se cocem para levantar a mão. Duas presenças aqui do Ronaldo Santiago, Assessor Especial para Assuntos Legislativos.

Cuida aqui, é o espião do Prefeito aqui na Câmara. No bom sentido.

O Marcelo Inácio. Marcelo, tudo bem?

É o Presidente do Conselho Municipal de Habitação.

Ali reivindicou a Secretaria que, aliás, desde a época, desde o meu primeiro mandato, que faz tempo, desde a época da Telma, a gente reivindicava isso já aqui na Câmara.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

Bom, continua aberto.

Mais alguém?

Não, você já falou.

Vamos lá.

Silas, Silas.

Se você quer falar, a gente até... pode falar, não tem problema, mas usa ali o microfone, porque senão... Três minutos.

SR. SILAS DA SILVA: É o seguinte, nós vamos perder 170 milhões com esse orçamento para 2026. Vai dar 179 mil que vai sair fora.

Com isso, em vez de ter um mínimo de 20% na despesa da saúde, vai ficar em 17%.

Olha como nós estamos caindo. E aí você falou certo, quem está sofrendo são os idosos.

VEREADOR BENEDITO FURTADO DE ANDRADE: Bom, deixa, ele vai responder as perguntas.

SR. SECRETÁRIO FLÁVIO FERRAZ: Só para, Silas...

SR. SILAS DA SILVA: Oi, posso?

VEREADOR BENEDITO FURTADO DE ANDRADE: Não.

Eu quero que você responda as... não indagações, mas as formulações foram feitas agora, Secretário.

SR. SECRETÁRIO FLÁVIO FERRAZ: Maravilha.

Então, nós temos sempre, é claro, um olhar muito importante sobre o cumprimento dos percentuais constitucionais, tanto na Saúde quanto na Educação.

O Município de Santos sempre foi muito atento quanto a isso, nunca teve nenhum tipo de apontamento diferente disso, uma vez que sempre cumpriu os percentuais e continuará cumprindo.

Silas, eu quero insistir, no orçamento próprio do Município, nós tivemos um aumento, o que nós tivemos percentualmente uma diminuição foi dos recursos de transferência. Então, recursos advindos da União e do Estado.

Então, sim, cabe a nós nos organizarmos, cobrarmos com essa Câmara participando, nosso Conselho Municipal de Saúde, nosso time da saúde, para que a gente possa aumentar esses incrementos, mas não é correto a gente dizer que houve uma diminuição do orçamento próprio do município, Fonte 1. Ao contrário, esse percentual vem aumentando.

Infelizmente, tivemos, insisto, uma diminuição percentual nos recursos advindos da União e do Estado.

Agora, e só para concluir por fim, senão o Rogério me mata aqui, que ele quer que eu fale isso. Sem prejuízo, infelizmente não é o cenário ideal, mas caso



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

tenhamos necessidade, nós fazemos as suplementações durante o exercício, como conhecemos de fundo.

VEREADOR BENEDITO FURTADO DE ANDRADE: Por favor, Marcelo.

SR. MARCELO: Boa noite a todos. Boa noite, Vereador Benedito Furtado, Presidente dessa sessão pública, dessa audiência pública.

Eu apenas pedi para me manifestar porque houve a referência à criação de uma secretaria de habitação e eu, na qualidade de Presidente do Conselho Municipal de Habitação, e que atuei na COHAB, eu vim aqui apenas para registrar o quanto o Governo tem investido em habitação.

Então, eu não vejo prejuízo para o munícipe a inexistência de uma secretaria pela existência da Companhia de Habitação da Baixada Santista. Nós temos inúmeros empreendimentos, habitação de interesse social, foram 1.120 unidades no Tancredo Neves, nós estamos implementando, foram 140 unidades do Santos Y, ali na zona noroeste, entregues.

Nós temos em construção 300 unidades, que é o Santos Z, no Jabaquara. Nós temos 576 unidades para serem entregues até o final do ano, que é no Prainha 2. Nós temos inúmeros outros investimentos. Nós temos aqui 50 unidades aqui no centro de Santos, para cortiço. Nós temos mais 36 unidades aqui também de retrofit e outros anúncios do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Só para movimentos por moradia, são mais de 1.047 unidades que serão implementadas, que é Faixa da União 2, Ouro Preto, entre outros que nós conseguimos habilitar através agora desse trabalho que vem sendo realizado pela COHAB Santista na presidência do Maurício Prado.

E o Prefeito Rogério Santos, ele tem investido, não tem poupado esforços para a habitação.

Além disso, o Estradão, 864 unidades nós teremos no Estradão, além de outras unidades que serão implementadas, de forma que eu não vejo habitação, é óbvio que nós temos um déficit habitacional, mas que Santos, ela está muito à frente, inclusive no auxílio Moradia, a cidade que mais paga no Brasil o auxílio é Santos.

Eu digo de valor, porque a maioria das cidades aí pelo Brasil são R\$ 200,00, chegando a R\$ 400,00. Em Santos, nós pagamos R\$ 600,00 de auxílio moradia. Então, eu quero registrar aqui que nós lutamos muito no CMH. O CMH, ele é composto, como você sabe, com vários segmentos, representam a sociedade, enfim.

E há uma luta constante, é óbvio, a gente está brigando muito pela habitação para movimento por moradia. Nós temos agora um projeto de lei que é o Casa Santista. Muito obrigado a todos, era só isso.

VEREADOR BENEDITO FURTADO DE ANDRADE: Obrigado, Marcelo.

Continua aberta a palavra.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

Lenimar, por favor.

SRA. LENIMAR: Boa noite a todos, boa noite aos presentes.

Eu só queria refutar um pouco o que disse aqui o nobre companheiro do Conselho de Habitação. Santos têm um problema habitacional gravíssimo. Em termos gerais, são produzidas no município uma quantidade enorme de unidades habitacionais, apartamentos, casas. E a maior parte dessa produção é produção do mercado, que não atende à população de interesse social.

Paradoxalmente, nós temos o seguinte, o Censo Demográfico de Santos tem demonstrado queda no número de habitantes no Município. Caiu o número de habitantes do município no último censo.

Isso é o dado consolidado do censo de 2000, consolidado agora em 2022.

Pois bem, enquanto cai o número de moradores, quando a gente olha a dinâmica interna do Município, que a gente vê um agravamento cada vez maior das condições de habitação da população de baixa renda.

Eu estou me baseando aqui no que diz o Plano Municipal de Habitação. Ou ele está mentindo.

Eu creio que são dados bastante sólidos, porque estão baseados, lastreados, em parte, em algumas poucas pesquisas realizadas pela própria Prefeitura e, por outro lado, em dados do IBGE.

Então, a gente teve um crescimento assustador de 400% no número de cortiços, desde 85 para cá. Tivemos... Temos um crescimento de necessidade de provisão de moradias, que pelo plano de 2009 era de 5 mil e alguma coisa, hoje são 10 mil moradias necessárias. Eu digo hoje, 2023, no relatório preliminar.

Nós temos também um crescimento assustador da população, que acho que você se referiu como o pessoal dos movimentos, que na verdade a demanda dispersa, é aquela demanda que não está localizada.

O pessoal não mora em área precária, não mora em cortiço, mas gasta uma quantidade vultuosa para as suas condições orçamentárias do seu orçamento doméstico, então acaba se juntando vários núcleos familiares, que vão morar em um mesmo imóvel, provocando super adensamento. Ou então vão morar de maneira improvisada.

Essa demanda, ela era, em 2009, no primeiro plano de habitação, era da ordem de 7 mil e quase 8 mil famílias. Essa revisão do plano, ela não fez uma atualização desse dado, mas, devido à pandemia e devido principalmente ao aumento do valor dos imóveis em Santos, dos aluguéis, a gente pode imaginar que isso também cresceu bastante.

Algo muito parecido com o que aconteceu com o crescimento da demanda por novas moradias do pessoal que mora em situação de precariedade habitacional e urbana.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

Quando a gente fala... eu já vou encerrar.

Quando a gente fala aqui de Secretaria de Habitação, é a necessidade de ter clareza de um Plano Municipal de Habitação. Nós não temos.

Qual é o Plano Municipal de Habitação?

Não é só construir novas moradias.

Quando a gente olha lá o Plano Municipal de Habitação de 2009 e o de 2023, certamente reafirmar isso, é necessária uma pluralidade de ações que não são executadas pelo município.

Então, quando a gente fala em criar, propõe em criar uma Secretaria de Habitação, a gente está falando em criar, primeiro, uma estrutura que dê conta, para que a gente deixe de ter uma política habitacional fraca, porque o que a gente hoje tem no município é uma política habitacional fraca.

Você deu vários números, mas veja só, as demandas só crescem.

Por isso é preciso atacar por outros caminhos, para que tenhamos, e muito disso vai por conta de termos um suporte institucional, administrativo, para fazer frente a isso.

Então, é nesse sentido que a gente vem criar, propor a criação de uma Secretaria de Habitação, para que a gente tenha uma política habitacional forte, e não fraca, como é hoje, em que pese todo esforço que foi feito.

Eu concordo com você, é um grande esforço, mas é preciso muito mais. E é preciso, eu acho que isso está muito claro, muito bem colocado no plano municipal de habitação, que está sendo revisto. Tem aí o texto da revisão de 2023, você conhece.

Então, é por essa razão que a gente está colocando a questão da Secretaria de Habitação.

VEREADOR BENEDITO FURTADO DE ANDRADE: Obrigado, Lenimar.

Alguém tinha...

Por favor, querido.

SR. EDUARDO SOARES FREIRE: Boa noite, boa noite a todos.

Secretário, Vereadores, meu nome é Eduardo Soares Freire, eu sou representante, estou hoje representante do Conselho Municipal de Esportes e como eu sou muito atuante lá, há 20 anos, eu faço parte do Conselho Municipal, nunca havia recebido a oportunidade de estar presente aqui, e eu só gostaria de fazer uma pergunta.

Nos foi apresentado um diagnóstico da Secretaria de Esportes para o PPA 2026-2027. Se dentro desses números, que eu vi que praticamente não mudou muito, os valores para a Fundação Pro Esportes, 8 milhões 292 mil, e para Secretaria de Esportes, R\$ 8 milhões e 78 mil.

Se foi levado em consideração esse diagnóstico, das necessidades que hoje o esporte tem na cidade, não vou ficar comentando aqui, inclusive eu posso



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

sim dizer que o esporte pode colaborar muito com a saúde, porque é uma conta onde a gente praticando esporte pode ajudar bastante no termo de saúde, sem dizer também que tem uma ligação direta com a segurança pública, com o turismo e com a educação.

Desculpa o nervosismo, eu não vim muito preparado hoje aqui para estar falando, mas como eu falo muito lá no Conselho Municipal, eu não podia ficar quieto e deixar de falar. Obrigado.

VEREADOR BENEDITO FURTADO DE ANDRADE: Com a palavra o Secretário.

SR. SECRETÁRIO FLÁVIO FERRAZ: Eu acho que, só para fazer uma breve consideração sobre a fala não só da Lenimar, mas como dos demais colegas aqui que se referiram à questão da habitação, é sempre bom lembrar que nós temos a Companhia de Habitação da Baixada Santista como sócia majoritária da COHAB, a Prefeitura de Santos como sócia majoritária da COHAB.

Então, vamos rapidamente aqui.

Década de 70, nós temos a consolidação da companhia, com quatro acionistas macro, os quatro municípios, Santos, Cubatão, Guarujá e São Vicente.

Com o passar dos anos, os outros municípios tomaram por outras atitudes e, na prática, embora ainda façam parte do corpo acionário da empresa, hoje não exercem nenhum tipo de ação prática na COHAB.

E os empreendimentos nessas outras localidades são administrados até hoje pela COHAB, também nesses outros Municípios. E nós passamos a ter a execução da política de habitação pela COHAB. Conselho Municipal de Habitação bastante atuante e execução da política pela COHAB.

Na extrema prática, o que nós temos?

Nós temos a figura de um presidente e de dois, três diretores que são indicados pelo Município, são colocados à disposição dos quadros da companhia, sendo sempre, habitualmente, aprovadas essas indicações do Município e a política habitacional tocada.

Um contingente de servidores públicos estatutários, contratados através de concurso público, que participam do corpo da COHAB. Evidente que nós podemos e devemos fazer essa discussão.

Será que vale a pena a gente deixar de ter a COHAB para ter uma Secretaria de Habitação?

Pode ser.

É, pode ser.

Não acho que é uma discussão que a gente tem que findá-la nesse momento. Mas o que certamente acontecerá, caso a gente faça essa opção, é nós termos dois corpos para executar as mesmas tarefas ou tarefas muito parecidas, gerando ônus para o município.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

Essa é a discussão, que nós teremos dois corpos, volto a dizer, muito similares para executar tarefas muito parecidas, gerando ônus para o Município. Se o Município estiver disposto a fazer esse incremento, eu acho que todos nós temos que fazer essa discussão.

O Município terá um aumento na sua despesa na parte burocrática para habitação e não na implementação. Eu sempre brinco, habitação eu já trabalhei lá, eu sei do que se trata.

Se nós conseguíssemos substituir o conteúdo de papéis e de processos por tijolos, talvez a gente já tivesse solucionado o déficit habitacional da cidade.

Muitas vezes a burocracia supera.

Criar uma outra estrutura burocrática para ajudar a estrutura burocrática já existente pode não ser a solução, mas estamos abertos a fazer essa discussão sem nenhuma pretensão de esvaziá-la.

Eduardo colocou aqui, concordo com o ponto vital aqui, o esporte, sem dúvida, dialoga com todas as demais políticas sociais, sobretudo na saúde, e é importante que a gente possa ter esses incrementos.

Eu sempre olho aqui os orçamentos percentuais. Tanto o FUPES quanto a Secretaria de Esportes estão com um aumento um pouco maior do que a média das demais secretarias. Isso é positivo.

Sempre lembrando também que ambas, tanto o FUPES quanto a Secretaria Municipal de Esportes, são muito competitivas também na questão do orçamento participativo.

Conseguem fazer mobilizações importantes e aprovar projetos consistentes que são executados no próximo exercício. Então, tenha certeza de que quando a gente faz essa construção do orçamento, sempre se tem um olhar para a política de esportes da cidade nessas duas instituições.

VEREADOR BENEDITO FURTADO DE ANDRADE: Continua aberta a palavra, por favor.

SR. MARCOS BANDINI: Boa noite mais uma vez. Marcos Bandini, da CONCIDADANIA.

Eu queria complementar em duas fases as questões aqui levantadas.

Primeiramente, em relação ao assunto habitação. Nós aqui estamos em uma discussão do planejamento orçamentário, em primeiro lugar. E aqui foi citada a saúde. A saúde é uma política pública estruturada em oito ou nove diferentes programas para facilitar a sua implementação.

Então, alta complexidade, média e baixa complexidade e demais categorias para propiciar melhor planejamento e execução orçamentária.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

O que estamos propondo na área de habitação é a criação de um programa. Não existe um programa de habitação, existe um programa hoje, por isso, a minha primeira pergunta, ela não foi respondida da outra vez, se havia sido criado, a partir das propostas na Prefeitura, um outro programa específico, nós tínhamos citado os dois.

Então, um é na área de saneamento e outro na área de meio ambiente, mas na área de habitação nós temos apenas um programa de natureza urbanístico, que engloba tudo.

Então, tentando responder algumas questões, principalmente as colocadas, seja pelo Presidente do Conselho e pelo Secretário Fábio Ferraz, existem uma série de ações referentes, inerentes à política de habitação.

E eu vou aqui explicitá-las para além da provisão habitacional. Então vou explicitar.

Regularização fundiária é de responsabilidade de quem?

Então, por exemplo, as COMUS estão hoje atuantes?

O Vereador Furtado acompanha. Se são atuantes, elas estão dando conta na velocidade, por exemplo, do que preconiza a lei do saneamento que exige uma universalização dos serviços até 2029, e que, portanto, obriga que se acelerem as ações de regularização fundiária para que a concessionária possa prover adequadamente a infraestrutura.

Então, infelizmente, eu respondo não.

Agora, uma vez que eu esteja errado, existe o morador na conta que não necessariamente está apenas prevendo, tem a necessidade de provisão. Ele também, muitas vezes, necessita de orientação técnica.

Há um setor que hoje recepcione o morador para orientá-lo numa reforma de interesse social, obviamente, numa área regularizada?

Eu respondo mais uma vez, não, não há. E atuei por 11 anos na defesa civil nos morros, onde, indicados no plano de redução de risco, que também prevê em excepcionalidade.

Remoções significativas, como agora as que foram para um dos empreendimentos aqui citados, que é o Santos R, mas que não dão conta da demanda existente. Então, apenas ilustrando.

Quão complexa é a questão de habitação e o que estamos propondo?

Porque aqui se trata do planejamento orçamentário, é que se reconheça a importância do planejamento orçamentário da questão habitacional. E, além disso, outras duas contribuições, da mesma forma, para o planejamento orçamentário e sua execução na área de meio ambiente, ou na área de saneamento, porque saneamento não é apenas drenagem, é também resíduos, água e esgoto.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

E, da mesma forma, necessita que o município constitua, e isso está nos dois planos de 2011, eu estou encerrando, e o recentemente revisado de 2021, os respectivos planos de saneamento, que preveem que se adequem as estruturas de planejamento e controle das políticas de saneamento.

E respondendo ao Secretário mais uma vez, da regra de ouro da questão orçamentária, uma proposta que faço particularmente à Câmara, a partir da exposição inicial feita pelo Diretor Rogério, que se inclua nesse Plano Plurianual.

Não estou falando necessariamente para ser feita já nesse ano, mas que se inclua a obrigatoriedade de revisão periódica, a cada quatro anos, da planta genérica de valores, para que o Município consiga obter recursos orçamentários próprios, a partir da valorização, principalmente dos terrenos junto à orla, a área mais valorizada, mas não apenas, obrigatório por lei e que hoje, desde 2013, mais uma vez, espero estar errado, não é revisada nesse município.

Então, são essas as contribuições.

Muito obrigado.

VEREADOR BENEDITO FURTADO DE ANDRADE: Obrigado, querido.

Mais alguém queira fazer o uso da palavra?

Eu queria, na medida que não haja mais nenhuma pessoa inscrita.

Eu queria saber se a vereadora queria falar alguma coisa.

O Secretário quer fazer suas considerações finais, por favor?

SR. SECRETÁRIO FLÁVIO FERRAZ: Maravilha.

Respondendo aqui sobre essas colocações rápidas aqui do Marcos.

A questão da regularização fundiária, ele tem toda razão. É um grande problema que nós temos na cidade.

Avançamos, sim, conseguimos algumas regularizações, o Morro de Santa Maria, algumas áreas que foram objetos de regularização, mas temos um longo caminho a ser percorrido.

É um histórico delicado e eu acho que é uma das grandes demandas que o município tem. A questão do saneamento, há de se reconhecer que o Município avançou bastante. Aliás, nós somos referência no Brasil, isso é uma conquista histórica, isso não tem nada a ver com o governo atual, isso é uma conquista histórica do município de Santos.

Então, nós somos ranqueados sempre entre os três principais municípios, do ponto de vista de equacionamento e saneamento básico, no país.

Então, água, esgoto, coleta de resíduos é um problema que, infelizmente, afeta a maior parte dos Municípios brasileiros, mas não é um problema de larga escala no Município de Santos.

Sempre podemos avançar, mas há de se reconhecer todos os esforços que, historicamente, o município já conseguiu superar.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

A questão da planta genérica de valores tem toda razão.

Eu confesso que eu não me lembro agora se há quatro ou cinco anos que nós somos obrigados a fazê-la. E fazemos. Cabe ao Prefeito executá-la ou não.

Na prática, se a gente executa aquilo que está proposto na planta genérica do município todo exposto na legislação, significa que vamos ter aumento de IPTU a cada quatro anos e de forma expressiva.

E quando é possível não o fazer, o prefeito não faz. Simples assim. E sendo muito objetivo e sendo possível não fazer, é importante que não o faça, porque a ideia não é aumentar a alíquota do município.

A ideia é que a gente possa ter capacidade tributária suficiente para executar as políticas públicas. Então, e sempre lembrando, quando aumenta o IPTU, aumenta do rico, mas também aumenta do pobre.

É difícil a gente aumentar, principalmente na população que mais necessita. Isso é possível.

Então, a gente tem que ter muita cautela nessa questão da execução da correção da planta genérica de valores. Mas, no mais, espero ter esclarecido aqui todos os pontos, mesmo que às vezes, embora esclarecendo, não consiga convencer todos daquilo que a gente realmente acredita, mas nos colocar aqui sempre à disposição para que a gente possa fazer esse ótimo debate aqui para a cidade.

Agradecer ao Vereador Furtado, Vereadora Renata, Vereador Rui, que estava aqui conosco, todas as pessoas que estão aqui conosco, e nos colocar à disposição para que a gente possa construir não só as melhores peças orçamentárias, mas colaborar na execução do orçamento do nosso Município.

Muito obrigado a todos.

VEREADOR BENEDITO FURTADO DE ANDRADE: Não é que o meu assessor indireto, ele é assessor da Comissão de Finanças, por isso que ele é meu assessor indireto, é o Edmir.

O Edmir é um parceiro velho, todos nós conhecemos o Edmir.

Ele está, Secretário, ele está dando uma colaboração, dizendo: “Secretário, existe ainda muita precariedade nos recursos para a saúde mental, sobretudo de crianças e adolescentes.”

Seria interessante que você, por favor, comente essa contribuição do Edmir, por favor.

SR. FLÁVIO FERRAZ: Olha, Edmir, sem dúvida o tema da saúde mental é um dos temas mais difíceis que nós temos na contemporaneidade, inclusive não só no município de Santos, mas em nível planetário, os desafios, em razão daquilo que nós temos hoje perante a sociedade, são enormes.

O Município de Santos vem executando boas políticas, de forma geral, para que a gente possa saná-los.

Agora, é evidente que ele tem razão.

Divisão de Apoio às Comissões



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

Eu acho que, do ponto de vista orçamentário, uma vez que a gente tem um aumento da demanda, naturalmente a gente vai ter que aumentar as linhas de recursos para poder tratar as questões que envolvem a saúde mental.

Nós temos um departamento, e isso é muito bom a gente lembrar, até pouco tempo atrás, era uma coordenadoria, do ponto de vista burocrático, isso tem um peso muito grande, porque quando nós elevamos a política, a qualidade de departamento, nós criamos uma estrutura muito mais robusta para poder tratar o tema.

Não só nos CAPES, mas também, destaco sempre a nossa clínica escola do autista, que é uma referência para o país. Hoje, eu acho que toda semana a gente recebe alguém de alguma localidade para vir conhecer a nossa experiência da clínica escola, que funciona ali no Marapé, e o compromisso já assumido pelo Prefeito Rogério para que nós tenhamos a criação de uma nova clínica escola agora na Zona Noroeste.

Já estamos aí avançando rapidamente sobre isso, já buscando a estrutura através de prédio que será construído para tal, na Zona Noroeste, para que a gente possa aumentar a capilaridade específica para esse tema e fortalecer a estrutura da saúde mental de forma geral.

VEREADOR BENEDITO FURTADO DE ANDRADE: Eu queria apenas fazer algumas considerações, Secretário.

Eu estive dando uma analisada por cima, nessa maçaroca a quem ela se referiu e eu pude observar o seguinte.

Todo mundo sabe que eu trabalho também na área de proteção e bem-estar animal.

Nós temos aí o hospital veterinário que vai ser entregue agora, segundo o Governo, em agosto.

Muito embora eu não acredite, acho que isso vai ficar para setembro, outubro, mas o hospital consta ainda na peça, com o mesmo texto que estava na peça passada, ou seja, e a preocupação nossa com o hospital é outra discussão.

Modelo de gestão e recursos para manter o hospital.

Tem que ter dinheiro, não adianta, porque vai acabar o hospital.

E daí?

Precisava dar uma olhada não só, principalmente na LDO, para ver se tem recursos programados para isso.

Uma coisa, nós estamos mexendo na Lei de Uso e Ocupação do Solo da área continental, e vai constar, e a gente precisa pensar também, já no PPA, no que se refere a um projeto de desenvolvimento sustentável para a área continental de Santos.

É impossível que a gente não tenha ainda um projeto de desenvolvimento sustentável para aquela área. Aquilo é o futuro da cidade, que agora



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

só está se pensando em ampliação de atividade corpórea para o lado de lá, e não está se pensando o povo que mora lá.

Não está se pensando em organizar, de certa forma, alguns problemas que estão acontecendo na área continental, como invasão de áreas, como isso, como aquilo, como aquilo outro.

Quando se pode projetar, ter um belo de um projeto, um programa, alguma coisa.

Eu chamo de projeto de desenvolvimento sustentável, eu acho que o PPA pode conter alguma coisa nesse sentido.

Estive olhando também no programa de calçada para todos. Calçada para todos, pelo que eu vi, tem algumas coisas pinçadas e tal, mas, pelo jeito, está se buscando calçada para todos, só recursos vindos de fora, não tem muita coisa.

Enfim, para a gente assumir esta obrigação, é preciso que a gente assuma de fato e de direito. Não dá, a gente cria um programa que a gente não tem condição de finalizar até o final do mandato, é complicado, porque vai ficar...

Enfim, reurbanização da Ilha de Ana.

Tem um projeto da PRODESAN que está caminhando, caminhando, caminhando, não consta nada por aí, pelo menos eu não vi.

Portinho de Caruara, está desenvolvendo a primeira fase.

A primeira fase não diz nada.

O que vai dar vida ao Portinho de Caruara é a segunda fase.

A informação que eu tenho, que não tem nada no orçamento, parece que não tem nada para a segunda fase. Tem para concluir a primeira. E essa primeira fase só vai concluir...

Eu estou só alertando, porque não está também no PPA. Tem que ter em algum lugar. Tem a primeira fase, o problema é a segunda fase. A primeira fase, os recursos já estão previstos.

Estou só levantando, porque eu dei uma analisada aqui com a reurbanização da Vila dos Criadores.

Hoje eu li algo que me assustou, que possivelmente, enfim, uma nova, eu diria, ducha de água fria naquele povo que mora naquelas, aproximadamente mil famílias que moram ali.

Por que precisa de habitação, meu irmãozinho?

Está lá, só lá, algo em torno de mil famílias.

Se você vier aqui para o centro, dá uma olhada, esses cortiços todos, como estão isso aqui.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

Olha que esse programa, existia um programa, inclusive, de erradicação dos cortiços. Triplicaram depois que surgiu o programa. O Governo do Estado fugiu, a prefeitura não assumiu. Vila dos Criadores, eu não vi nada. Também...

Deixe-me ver... Eu tinha uma outra folhinha aqui, rapaz. Eu tinha colocado justamente projetos...

Essa questão habitacional é uma questão latente.

Não dá para a gente ter quatro secretarias que cuidam da questão urbana?

Antigamente, Lenimar, lembra, era uma secretaria de obras? Não, tinha, antes disso, depois teve a CEPLAN, mas tinha obras de CEPLAN, ficaram duas, hoje são quatro. Uma que administra praticamente 39 quilômetros quadrados, porque a área continental, praticamente, a prefeitura pouco atua na área continental.

Então, nós temos quatro Secretarias e não temos uma Secretaria de Habitação, que é um dos maiores problemas, se não o maior problema de qualquer cidade. Principalmente a cidade...

Nós não temos um programa de erradicação de favelas.

Por favor, agora eu estou fazendo só as considerações finais sobre isso. Nós não temos programa nenhum. Programas, projetos, nada, nada. O que eu via com olhos arregalados como a solução para o problema era o projeto palafitas. Mas o Parque Palafitas, na minha opinião, gorou. Agora é um projeto que pretende... Na realidade, ele virou um aleijão, porque vai... O custo é extremamente alto.

Começou-se projetando algo em torno de setenta e poucas unidades. Eram setenta, oitenta unidades e tal. Então, parece que vão sair quarenta, quarenta e poucas unidades só, ao custo astronômico cada unidade.

E, além disso, a partir de agora, a fala é que ali, onde está consolidado habitações de alvenaria, vai se tentar... não dá para se resolver, vai se resolver 5%, 10%, porque aquelas habitações, mesmo feita em alvenaria, eu frequento aquilo lá, eu sei como é que é, quem frequenta sabe como é que é. Não dá para você, você vai ter que derrubar.

Não dá, não tem arquiteto e nem engenheiro que dê jeito para aquilo obedecer a legislação, a mínima legislação que trata do assunto.

Então, nós precisamos, eu defendo, sempre defendi, eu acho que, na minha opinião, Secretário, e eu não vou permitir a parte que você fale de novo, a minha opinião é o seguinte, a COHAB já tinha que ser, ela está pré-falimentar há décadas, pré-falimentar há décadas. Aquilo devia ser extinto.

E nós devíamos ter uma secretaria de habitação estruturada como uma ou outra secretaria qualquer, até diminuindo para três ou quatro secretarias que tratam da questão urbana.

Por que uma Secretaria das Prefeituras regionais?



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS

As Prefeituras regionais, podem estar subordinadas ao gabinete do prefeito, das regionais.

Enfim, podia diminuir uma qualquer, não interessa qual, mas de tal forma que a gente tivesse uma secretaria de habitação para dar resposta a essa que é uma das chagas da cidade.

Nós temos a maior favela do país, favela de palafitas sobre água, de palafitas. Então, a gente precisa ter, Secretário, precisa e eu sei que o senhor é um pensador. E, quem sabe, no próximo ano a gente tenha uma proposta objetiva, ou até agora, de se ainda dá tempo de mandar alguma coisa para cá.

Dá ou não dá?

A molecadinha ali está preparada e esperando que venham algumas mudanças.

Então, são essas as minhas ponderações que vão ficar em ata, depois manda para o Secretário para ver se a gente consegue mexer em alguma coisa.

Tem tempo ainda para isso.

E era só.

Secretário, obrigado por me ouvir.

Queria agradecer a presença de todos e de todas, as pessoas que nos assistem pelas nossas redes sociais.

E declaro encerrada a presente Audiência Pública.

- Encerra-se a Audiência Pública às 20 horas e 19 minutos.

Vereador Benedito Furtado de Andrade

